

ANEXO I



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

INPE-00000-RPQ/0000 - PRELIMINAR

**A REDE INSTITUCIONAL E O SEU PAPEL NO SUDOESTE
PARAENSE: UM OLHAR A PARTIR DE INSTITUIÇÕES EM
ALTAMIRA E SANTARÉM**

Fernanda da Rocha Soares
Juliana Mota de Siqueira
Ana Paula Dal'Asta
Maria Isabel Sobral Escada
Silvana Amaral Kampel

INPE
São José dos Campos
Dezembro 2014

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Projeto UrbisAmazônia e à Divisão de Processamento de Imagens do INPE pelo suporte oferecido para a realização da expedição de campo. Agradecemos especialmente a todos os representantes das instituições e demais pessoas que participaram deste trabalho, fornecendo informações relevantes e dividindo conosco o conhecimento sobre região.

RESUMO

Este relatório apresenta os principais resultados do levantamento de campo realizado em 2014, referente às instituições visitadas nas sedes municipais de Santarém e Altamira, no sudoeste do Pará. Realizado no período de 19 de julho a 02 de agosto de 2014, essa pesquisa complementa o levantamento realizado nas instituições da cidade de Santarém em 2013. Durante a expedição de campo foram visitadas 21 instituições nas duas cidades, as quais representam os diferentes setores da sociedade. A escolha das instituições baseou-se nos questionários aplicados em comunidades, nos municípios de Santarém, Belterra, Rurópolis, Trairão, Uruará, Placas e Novo Progresso. Com base nesses questionários, foram priorizadas instituições citadas como atuantes nas comunidades e as que atuam nas áreas temáticas contempladas nas planilhas de caracterização das comunidades. Os principais resultados obtidos foram a identificação da presença de dados sistematizados em cada instituição e articulações mais gerais entre instituições, além da caracterização da dinâmica da ocupação territorial. De modo geral, observou-se que há uma rede institucional que se articula para atender as demandas da população e as relações colaborativas dependem do posicionamento político e ideológico. Em função dessa rede, a atuação de algumas instituições nas comunidades nem sempre é direta, sendo muitas vezes intermediada por outra instituição ou associação. A análise específica dos diferentes aspectos levantados no campo será realizada em pesquisas posteriores. Os dados resultantes desta expedição de campo, brevemente descritos neste relatório, servirão de base para pesquisas científicas específicas e detalhadas, contribuindo para a compreensão dos processos de ocupação e urbanização da Amazônia.

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
APRUSAN	Associação de Produtores Rurais de Santarém
CAR	Cadastro Ambiental Rural
COOMFLONA	Cooperativa Mista da Flona do Tapajós
CT	Câmaras Técnicas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DPI	Divisão de Processamento de Imagens
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FLONA	Floresta Nacional
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
CGDEX	Comitê Gestor do PDRSX
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MCMV	Minha Casa Minha Vida
NASPM	Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDRSX	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PM	Prefeitura Municipal
PMV	Programa Municípios Verdes
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSA	Projeto Saúde e Alegria
PSE	Programa de Saúde na Escola
RESEX	Reserva Extrativista
RUC	Reassentamentos Urbanos Coletivos
SEMAT	Secretaria Municipal de Meio ambiente e turismo de Altamira
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira

STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
TAPAJOARA	Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós - Arapiuns
UHEBM	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
Z-20	Colônia de Pescadores do município de Santarém

LISTA DE FIGURAS

	<u>Pág.</u>
Figura 4.1 – Região sudoeste paraense, com destaque para o municípios integrantes do PDRSX e as UCs no entorno de Santarém.....	14
Figura 4.2 – Articulação das instituições visitadas em Altamira.	15
Figura 4.3 – Articulação das instituições visitadas em Santarém.....	23

SUMÁRIO

	Pág.
1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS	3
3 METODOLOGIA	1
4 RESULTADOS	2
4.1 DADOS	3
4.2 ALTAMIRA	5
4.2.1 <i>Saúde e educação</i>	5
4.2.2 <i>Meio Ambiente e Turismo</i>	6
4.2.3 <i>Produção</i>	7
4.2.4 <i>Infraestrutura e planejamento urbano</i>	8
4.2.5 <i>Bem estar e segurança</i>	10
4.2.6 <i>Migração</i>	10
4.2.7 <i>Desenvolvimento regional</i>	12
4.2.8 <i>Atuação e articulação das instituições visitadas</i>	14
4.3 SANTARÉM	17
4.3.1 <i>Saúde e educação</i>	17
4.3.2 <i>Recursos florestais e pesca</i>	18
4.3.3 <i>Produção</i>	20
4.3.4 <i>Bem estar e segurança</i>	21
4.3.5 <i>Atuação e articulação das instituições visitadas</i>	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
7 APÊNDICE	30

1 INTRODUÇÃO

A região Sudoeste do Pará compreende uma extensa área com uma diversidade de formas de ocupação, atividades econômicas e interações entre núcleos urbanos e população. Essa heterogeneidade tem sido estudada e relatada desde 2008 quando se iniciaram os trabalhos do grupo “*INPE Estudos Amazônicos*” compreendido na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE). Deste então, o grupo acumula para esta região um grande acervo de informações coletados em campo, que apoiados na revisão de literatura, em seu histórico de uso e ocupação do solo e em inúmeras fontes de dados secundários, têm gerado ao longo dos anos informações publicadas em artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e relatórios de campo (ALVES et al., 2010; AMARAL et al., 2009, 2012 e 2013; BRIGATTI et al., 2012; DAL´ASTA et al., 2011 e 2012; ESCADA et al., 2009 e 2013, PINHO, 2012, etc.).

Nos anos de 2009 a 2013 foram realizados pelo referido grupo levantamentos de campo em comunidades ribeirinhas e de terra firme, inseridas em diferentes contextos nos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro, Rurópolis, Mojuí dos Campos, Placas, Uruará, Trairão, Itaituba e Novo Progresso. Nesses levantamentos foram aplicados questionários a fim de caracterizar as comunidades quanto à disponibilidade e acesso aos equipamentos urbanos, infraestrutura, transporte, uso da terra e serviços de saúde e educação. Além dessas, foram contempladas também questões relativas à presença de instituições e outras formas de representatividade dos comunitários. Contudo, apesar de permitir avaliar as instituições e organizações comunitárias mais atuantes, a percepção sobre a atuação institucional ainda estava limitada à escala local e à percepção dos comunitários. Visando complementar as informações de campo e entender mais profundamente a articulação das diferentes entidades com as comunidades, no levantamento de 2013 foram visitadas, além das comunidades, algumas instituições no município de Santarém. Esta visita permitiu mapear algumas instituições importantes direta e indiretamente no suporte e promoção do desenvolvimento das comunidades e

constatar a contribuição das instituições em dois níveis principais: como fonte de dados sistematizados e como fonte de informação a respeito das dinâmicas regionais.

A fim de complementar e aprofundar a pesquisa institucional realizada em 2013, este relatório descreve o levantamento de campo realizado em 2014, referente às instituições visitadas nas sedes municipais de Santarém e Altamira. Nessa medida, são apresentadas as observações gerais referentes às principais temáticas discutidas nas instituições visitadas, além da análise do papel e da articulação entre as entidades em diferentes níveis de atuação e setores da sociedade. Em função da limitação temporal da pesquisa, apenas algumas instituições foram visitadas, o que possibilitou mapear uma rede institucional parcial para ambas as regiões.

Os dados resultantes desta expedição de campo, brevemente descritos neste relatório, servirão de base para pesquisas científicas específicas e detalhadas, contribuindo para a compreensão dos processos de ocupação e urbanização da Amazônia.

2 OBJETIVOS

Nos levantamentos de dados nas comunidades do oeste paraense, realizados pelo “*INPE Estudos Amazônicos*” entre 2009 e 2013, foi observado que a atuação das instituições é importante para a manutenção das comunidades. Nessa medida, Amaral et al. (2013) e Dal’Asta et al. (2014), a partir das bases de dados produzidas nos levantamentos de 2009 e 2012 nas comunidades ribeirinhas do Tapajós e Arapiuns, respectivamente, propõem que as comunidades sejam também caracterizadas pela presença das instituições. Por outro lado, nos levantamentos de campo realizados até então são capturadas apenas as instituições que atuam diretamente com os comunitários. Em função disso, em 2013, além das comunidades, foram visitadas algumas instituições na cidade de Santarém a fim de melhor compreender o papel dessas instituições na organização do espaço regional. Desse levantamento foi observado que a atuação das instituições nem sempre é direta nas comunidades, pois muitas vezes fazem parte de uma rede de organizações divididas por funções e níveis territoriais, que pode tornar invisível algumas entidades que funcionam como ponto de conexão entre as escalas micro e macro.

Visando complementar o levantamento realizado em 2013, o trabalho teve por objetivo entender a atuação institucional no sudoeste paraense, a partir do ponto de vista das instituições localizadas nas cidades de Altamira e Santarém. A escolha das cidades e instituições foi realizada a partir dos dados levantados em campo e sofreu com a limitação temporal da pesquisa que impossibilitou visitar todas as cidades e instituições relevantes. Através das observações e conversas com os representantes das entidades, buscou-se entender a articulação das instituições com relação às comunidades, bem como descrever a ocupação regional com relação à: produção, uso de recursos naturais, planejamento urbano, serviços e equipamentos, bem estar, população e migração. Para obter esta caracterização, os seguintes objetivos específicos foram definidos:

1. Mapear e caracterizar os dados e coletas sistematizadas presentes em cada instituição;
2. Identificar e coletar informações sobre a atuação das instituições nas comunidades e no território regional, bem como as principais articulações institucionais;
3. Coletar informações sobre a organização e caracterização regional para subsidiar a aplicação de questionários em comunidades na região de Altamira, bem como complementar as análises provenientes de questionários aplicados em anos anteriores em comunidades na região oeste paraense;
4. Testar quanto ao conteúdo e forma o novo modelo de questionário a ser aplicado no campo de outubro de 2014. Esse questionário, além de reformular as questões, testará um modelo de aplicação digital de questionários.

As informações coletadas junto às instituições serão utilizadas nas pesquisas desenvolvidas pelo grupo “*INPE Estudos Amazônicos*”, no âmbito do Projeto UrbisAmazônia, para subsidiar as análises de dinâmica e organização regional, bem como para entender os agentes e processos envolvidos na construção do urbano amazônico.

3 METODOLOGIA

A visita institucional foi realizada no período de 19 de julho a 02 de agosto de 2014 nas cidades de Altamira e Santarém. Durante o planejamento da expedição, foram identificadas as instituições presentes em ambas às cidades e que representam o primeiro, segundo e terceiro setores. A escolha das instituições baseou-se nos questionários aplicados em comunidades, nos municípios de Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos, Itaituba, Rurópolis, Trairão, Uruará, Placas e Novo Progresso. Com base nesses questionários, foram priorizadas instituições citadas como atuantes nas comunidades e as que atuam nas áreas temáticas contempladas na pesquisa.

Para cada instituição foi preparado um roteiro com os principais pontos a serem contemplados durante a conversa que, de modo geral, versavam sobre cobertura da atuação institucional, principais entraves enfrentados historicamente, parceiros diretos e indiretos, dinâmica de ocupação, grandes empreendimentos estatais, principais atividades econômicas, desdobramentos futuros e informações sobre a existência e disponibilidade de dados sistematizados. Além disso, em algumas instituições foram direcionadas questões específicas sobre aspectos observados nos levantamentos de campo anteriores. A condução e duração das conversas variaram conforme a disponibilidade dos representantes.

Durante a expedição, foi aplicado um questionário piloto na comunidade de Cucurunã, localizada nas imediações de Santarém. O questionário serviu para testar a ferramenta eletrônica de aplicação e tabulação dos dados, além de avaliar a inserção de novas perguntas no questionário. Os principais resultados obtidos na expedição de campo são descritos a seguir.

4 RESULTADOS

Na expedição de campo foram visitadas 21 instituições que representam os diferentes setores da sociedade. Em Altamira, as instituições visitadas foram: *Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo (SEMAT)*, *Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)*, *Prelazia do Xingu*, *Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)*, *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira (STTR)*, *Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN)*, *Secretaria de Assistência Social e Trabalho*, *Comissão Pastoral da Terra (CPT)*, *Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante (NASPM)* e *Secretaria Municipal de Educação (SEMED)*. Em Santarém as instituições visitadas foram: *Associação de Produtores Rurais de Santarém (Aprusan)*, *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)*, *Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona)*, *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)*, *Comissão Pastoral da Terra (CPT)* e *outras comissões*, *Secretaria Municipal de Educação de Santarém (SEMED)*, *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Flona Tapajós (ICMBio – Flona Tapajós)* e *RESEX Tapajós Arapiuns (ICMBio – RESEX)*, *Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS)*, *Colônia de Pescadores (Z-20)* e *Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)*. Além das instituições, participou-se de algumas discussões do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS do Xingu) que estava ocorrendo em Altamira, no período de 22 a 25 de julho, com representantes de diversos municípios do sudoeste paraense (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu).

Os principais resultados dessa expedição de campo são: o mapeamento dos dados sistematizados presentes em cada instituição, nível de atuação e

articulações mais gerais entre instituições, além da caracterização da ocupação regional. Esses resultados são descritos a seguir.

4.1 Dados

Com relação aos dados sistematizados, observou-se que as instituições dispõem de diversas informações que podem auxiliar e complementar as pesquisas desenvolvidas pelo grupo. Podem-se distinguir dois tipos de informações disponibilizadas pelas instituições (Tabela 1). De um lado, as instituições que possuem informações publicadas em estudos, livros e/ou relatórios específicos, como a FVPP, o ICMBio e o STTR e de outro, as instituições que possuem coletas sistemáticas de dados tabulares. Nesse caso, se enquadram as Secretarias de Saúde - com os dados das famílias coletados por agente comunitário de saúde (ACS), que alimentam o Sistema de Informações de Atenção Básica do Ministério da Saúde; as Secretarias de Educação - com informações dos alunos e escolas que alimentam a base do Censo Escolar do Ministério da Educação; o INCRA - com o cadastro e perfil das famílias incluídas no programa de reforma agrária, e o Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante - que coleta as informações referentes aos migrantes atraídos e não absorvidos por Belo Monte. Para o segundo grupo de instituições, o acesso aos dados requer uma solicitação formal com detalhamento das pesquisas.

Tabela 1 – Instituições visitadas em Altamira, tipos de dados disponíveis e setor de atuação

Altamira		
Instituição	Tipo de dados	Setor
Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo (SEMAT)	Sistematizado	Primeiro
Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)	Publicação	Terceiro
Prelazia do Xingu	Sistematizado	Terceiro
Centro de Referência Especializado de Assistência	Sistematizado	Primeiro

Social (CREAS)		
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira (STTR)	Publicação	Terceiro
Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN)	Sistematizado	Primeiro
Secretaria de Assistência Social e Trabalho	Sistematizado	Primeiro
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Sistematizado	Terceiro
Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante (NASPM)	Sistematizado	Segundo
Secretaria Municipal de Educação (SEMED)	Sistematizado	Primeiro

Tabela 2 – Instituições visitadas em Santarém, tipos de dados disponíveis e setor de atuação

Santarém		
Instituição	Tipo de dado	Setor
Associação de Produtores Rurais de Santarém (Aprusan)	Sistematizado	Terceiro
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	Sistematizado	Primeiro
Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona)	Sistematizado	Terceiro
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	Publicação	Primeiro
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Sistematizado	Terceiro
Secretaria Municipal de Educação de Santarém (SEMED)	Sistematizado	Primeiro
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Flona Tapajós (ICMBio – Flona Tapajós)	Publicação	Primeiro
RESEX Tapajós Arapiuns (ICMBio – RESEX)	Publicação	Primeiro
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social	Sistematizado	Primeiro

(SEMTRAS)		
Colônia de Pescadores (Z-20)	Sistematizado	Terceiro
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Sistematizado	Primeiro

4.2 ALTAMIRA

As principais observações referentes à Altamira, obtidas nas instituições visitadas são descritas a seguir.

4.2.1 Saúde e educação

No município de Altamira, conforme declarado na SEMED a partir do Censo Escolar, há 26.449 alunos matriculados, nesse ano de 2014, em instituições de ensino, distribuídos entre as 140 escolas de educação infantil, fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 27 escolas indígenas.

Dos projetos e programas desenvolvidos em algumas escolas do município, destacam-se: “*Brasil Alfabetizado*”, “*Programa Mais Educação*” - uma iniciativa do Governo Federal para implementação de escolas em período integral, *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* – iniciativa do Governo Federal que assegura que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade e o “*Programa de Saúde na Escola (PSE)*” - política intersetorial da Saúde e da Educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira.

Recentemente, a construção da UHEBM tem atraído um grande contingente populacional e com isso a demanda pelo sistema educacional do município aumentou consideravelmente¹. Além disso, como indenização a algumas famílias pelos impactos do empreendimento, bem como implementação do programa governamental “*Minha casa, Minha vida*” (MCMV), surgiram inúmeros novos bairros que por não possuírem escolas, sobrecarregam o

¹ Somente no último ano, foram matriculados 1.600 novos alunos no Sistema de Educação do município.

sistema de transporte escolar do município. Para superar tal problema, a SEMED construiu no último ano quatro novas escolas e pretende construir outras, a fim de facilitar o acesso dos alunos, bem como diminuir os altos custos de transporte que sobrecarregam o orçamento da secretaria.

Na área de saúde observou-se, de modo geral, que a construção da UHEBM tem aumentado as demandas sobre os serviços da secretaria e que as compensações oferecidas pela empresa Norte Energia S.A. não acompanham as crescentes carências da região nessa área. Prova disso é que segundo relatos de diversos gestores institucionais, a construção da UHEBM provocou um aumento significativo no número de atendimentos nos postos de saúde e hospitais da região, assim como na incidência de morbidade e mortalidade por causas como acidentes de trânsito, violência urbana e doenças sexualmente transmissíveis.

4.2.2 Meio Ambiente e Turismo

O município de Altamira está entre os que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) considera como prioritário para aplicação de ações de prevenção e controle do desmatamento da Amazônia, já que possui uma das maiores proporções de floresta desmatada da região. Conforme relatado, um dos aspectos que dificulta a gestão no município é a presença de áreas protegidas - unidades de conservação (UCs) e terras indígenas - que englobam 90% da área municipal e não estão sob o domínio da prefeitura. Além disso, relatou-se que o problema dos desmatamentos está concentrado nos distritos de Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra, que estão localizados a aproximadamente 1.000 km da sede municipal e conectam-se mais fortemente com a economia e serviços do centro-sul do Pará e norte do Mato Grosso. Por esse motivo, os gestores de meio ambiente apoiam a emancipação desses dois distritos conjuntamente e consideram que isso só não aconteceu ainda porque ambos reivindicam a criação de dois municípios isolados e não possuem contingente populacional para tal.

Para controlar o desmatamento, apesar das longas distâncias e dificuldade de acesso, a administração do município tem priorizado, dentre as ações da SEMAT, a implementação do Cadastro Ambiental Rural – CAR². Para isso, pretende passar dos atuais 60% para 80% de cadastramento em áreas passíveis de cadastro, a fim de habilitar a inclusão do município no Programa Municípios Verdes (PMV)³.

No que se refere à implantação da UHEBM, além dos inúmeros impactos ambientais discutidos em esfera nacional e internacional, no ambiente urbano de Altamira, os principais problemas decorrentes da obra tangem o rápido crescimento das cidades e as consequências ambientais decorrentes desse processo, entre as quais é possível citar: excesso de lixo, aumento dos efluentes, ocupação de áreas ambientalmente frágeis e pressão por novas áreas para ocupação urbana. Para combater tal processo, a administração municipal tem incentivado medidas como pontos de coleta seletiva de lixo, um centro de reciclagem, conscientização ambiental nas escolas e o incentivo ao sentimento de “pertencimento” e comprometimento ambiental com o município, mesmo entre os imigrantes.

No que se refere ao turismo, observou-se que apesar do imenso potencial do município de atrair pessoas interessadas em atividades como inserção na cultura indígena e produção de cacau, gastronomia, pesca e esportes náuticos, a ausência de incentivo do Estado, bem como a dificuldade e alto custo de acesso, dificultam o crescimento da atividade na região.

4.2.3 Produção

² O CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais (SICAR, 2013).

³ O PMV é um programa do Governo do Pará desenvolvido em parceria com municípios, sociedade civil, iniciativa privada e Ministério Público Federal, com o objetivo de combater o desmatamento e fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento ambiental e fundiário e gestão ambiental, com foco em pactos locais, monitoramento do desmatamento, implantação do CAR e estruturação da gestão municipal (Fundo da Amazônia, 2012).

Nos últimos anos na agricultura familiar da Transamazônica as culturais anuais, tais como milho, feijão e arroz, deixaram de ser fonte de renda para os pequenos agricultores e foram gradativamente substituídas por culturas perenes, cujo principal produto é o cacau⁴. Além deste, é frequente que o pequeno produtor se dedique também à criação de gado, com uma média de 40 cabeças por família, que muitas vezes que funciona como uma reserva de recurso, e à agricultura de subsistência de produtos como mandioca, hortaliças, arroz, feijão e milho.

Com relação ao cacau, a relevância dessa cultura para a região é evidenciada com a discussão no Congresso Nacional da criação do Distrito Florestal Sustentável do Cacau⁵, que embora ainda desconhecido em muitas instituições visitadas, possui um importante potencial de fortalecimento da produção e economia de diversos municípios. Essa proposição é fortalecida por dados que contestam o ranqueamento dos maiores produtores nacionais de cacau e informam que o Pará hoje ultrapassou a Bahia, tornando-se o maior produtor brasileiro do produto. Observou-se também que há um esforço na região para organizar e comercializar a produção, agregando valor ao produto final, através da presença de inúmeras cooperativas. Um exemplo é a cooperativa de chocolates CacauWay que foi criada no município de Medicilândia com incentivo e apoio da FVPP e atualmente possui três lojas no Pará.

No que se refere às demandas relatadas pelos representantes institucionais, a assistência técnica junto ao produtor e ampliação das linhas de créditos são requeridas a fim de ampliar e melhorar a produção agrícola dos pequenos agricultores do município.

4.2.4 Infraestrutura e planejamento urbano

⁴ Além do cacau, café e pimenta do reino já foram representativos para a economia dessa região.

⁵ O projeto de lei do Distrito Florestal Sustentável do Cacau, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, tem como objetivo a implementação de políticas públicas para ampliar, consolidar e desenvolver a cacauicultura no estado do Pará. Conforme a proposta, o distrito abrangerá municípios do entorno da Rodovia Transamazônica, da PA-279 (rodovia estadual que liga os municípios de Água Azul do Norte, Tucumã Ourilândia do Norte e São Félix do Xingu, até a BR-155 em Xinguara) e outras regiões com potencial para a cacauicultura no estado. O programa deve também oferecer treinamento, capacitação e assistência técnica para todos os setores da cadeia produtiva do cacau, investimentos em infraestrutura de transporte, armazenamento e energia, além de incentivos fiscais e creditícios para investimentos na cadeia de produção do cacau, entre outros objetivos (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Em termos regionais, a cidade de Altamira constitui um importante centro de referência para acesso a serviços e equipamentos urbanos pela população dos municípios vizinhos, especialmente para os localizados ao longo da Rodovia Transamazônica (BR-230).

Atualmente, o processo de estruturação urbana da cidade de Altamira também é altamente influenciado pela construção da UHEBM. O intenso crescimento populacional⁶ e a expectativa de desenvolvimento econômico do município com o empreendimento impulsionaram a construção civil e a disponibilidade de serviços, tais como hotéis, pousadas, pensionatos e loteamentos residenciais de padrões econômicos variados. Muitos desses loteamentos são frutos das condicionantes ambientais e sociais exigidos para a construção da obra, especialmente a fim de realocar os moradores residentes em áreas próximas ao Rio Xingu até a cota 100⁷. Esses loteamentos, chamados RUCs, representam vetores da expansão horizontal da cidade, pois em geral se localizam no entorno da mancha urbana.

Além disso, da mesma forma que em Santarém, em Altamira os projetos do governo federal “*Minha Casa, Minha Vida*” também são significativos na paisagem urbana, sendo que somente para o próximo ano está prevista a construção de cerca de 5.000 casas pelo projeto. Adicionalmente, no espaço intraurbano, obras de infraestrutura, como a implantação do saneamento básico e água tratada e a construção de um anel viário para desviar o fluxo de veículos do centro da cidade, transformam a paisagem urbana e instala na cidade um canteiro de obras.

As novas demandas da população e o intenso crescimento da cidade questionam a efetividade das leis de ordenamento territorial contempladas no Plano Diretor, que em função disso está sendo revisto. As principais mudanças são relacionadas com o limite do perímetro urbano e alterações no zoneamento

⁶ Estimam-se hoje cerca de 140 mil habitantes ante os 100 mil em 2010.

⁷ O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Belo Monte determinou a área urbana de Altamira que será alagada pelo empreendimento como a compreendida até o limite de 100 metros de altura acima do nível do mar, a chamada cota 100.

urbano, bem como com o processo de regularização fundiária dos lotes urbanos.

4.2.5 Bem estar e segurança

Com a construção da UHEBM e com o conseqüente aumento do fluxo populacional na região, intensificaram-se também alguns problemas relacionados ao bem estar e segurança da população.

Entre as instituições visitadas relatou-se de forma recorrente que nos últimos anos a região vem enfrentando sérios problemas com o aumento do consumo de drogas e álcool, nas taxas de homicídio, agressões e estupro, nos casos de prostituição (inclusive com exploração ilegal de crianças, adolescentes e pessoas traficadas), gravidez na adolescência, mortalidade por acidentes de trânsito e de doenças como HIV e malária.

Para mitigar tais problemas, comprovadamente relacionadas com construção da UHEBM, a empresa Norte Energia S.A. fornece recursos para a construção de pontos de esporte, cultura e lazer, centro de recuperação de usuários de drogas, abrigo para menores, desenvolvimento de campanhas de planejamento familiar, centro de convivência para idosos e de cursos profissionalizantes para jovens (tais como moda, informática básica e avançada, contabilidade, administração e violão).

Entre os problemas relatados para efetivar tais benefícios está a insuficiência de mão de obra qualificada como de professores, pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, que são com frequência absorvidos diretamente pela construção da obra, gerando um aumento na carência dos serviços sociais da região.

4.2.6 Migração

Entre as questões ressaltadas com frequência pelos gestores das instituições visitadas é possível destacar a intensificação do fluxo migratório para a região. Isso porque a construção da UHEBM atraiu um grande número de pessoas

interessadas na oferta de trabalho proporcionada direta ou indiretamente pelo empreendimento, bem como pela propaganda de desenvolvimento regional.

Entre esses imigrantes observa-se que há uma forte seletividade migratória de homens em idade ativa, que com frequência deixam suas famílias em suas cidades de origem e se instalam nos municípios da região, principalmente na cidade de Altamira. Além disso, deve-se destacar a intensa rotatividade de migrantes, pois as demandas por tipo de mão de obra e número de trabalhadores variam com o avanço da construção, o que leva alguns trabalhadores a permanecerem por um período determinado ou não se enquadrarem no perfil de trabalho requerido.

Estes imigrantes originam-se de várias partes do país e também de diversos municípios do estado do Pará. Entre as origens mais frequentes foram recorrentemente mencionados os estados do Maranhão, Ceará, São Paulo, Amazonas e os municípios paraenses de Marabá e Tucuruí. Merece destaque também a forte rede migratória que se constrói entre algumas origens como Maranhão, pois a própria empresa Norte Energia S.A. recruta trabalhadores em pontos estratégicos⁸. Além disso, ressalta-se a rede de trabalhadores especializados em construção de barragens, os chamados “barrageiros”, que migraram de estados como Rondônia, onde estão sendo construídas as usinas de Jirau e Santo Antônio e possivelmente migrarão posteriormente para o município de Itaituba, onde será construída a Usina de Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

Também merece destaque a intensificação da migração originária de zonas rurais para trabalhar na UHEBM, especialmente de jovens, o que muitas vezes prejudica a produção de pequenos agricultores, pois diminui a oferta de mão de obra no campo. Com isso, os preços dos produtos sofreram um acréscimo considerável, o que avigora o aumento do custo de vida na região.

⁸ No caso dos maranhenses o ponto de recrutamento corresponde ao ponto final da linha de trem São Luiz (MA) a Marabá (PA), onde há um posto de seleção da empresa.

Como condicionante para a construção da usina, a empresa Norte Energia S.A. tornou-se responsável por redirecionar as pessoas atraídas pela obra, mas que não se enquadram no perfil requisitado. Para isso criou o “*Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante*”, que entre outras atribuições, é responsável por proporcionar o retorno dos imigrantes que não conseguem trabalho. Estes imigrantes podem acessar o serviço por meio de demandas espontâneas ou encaminhamento de instituições como a Secretaria de Assistência Social, mas nem sempre solicitam o serviço, uma vez que muitos acreditam na propaganda desenvolvimentista apregoada pela obra e escolhem se instalar na região.

Outra tipologia migratória decorrente da construção da UHEBM é o reassentamento de pessoas localizadas em zonas urbanas e rurais nas margens da área que será alagada. No contexto intraurbano, as pessoas estão sendo realocadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) e na zona rural, com as indenizações as famílias podem comprar novas propriedades em outras áreas. Esse processo tem contribuído para o aumento da demanda por terras na região, o que gera uma consequente alta no preço das propriedades próximas e força as pessoas a se deslocarem para regiões mais distantes.

4.2.7 Desenvolvimento regional

Em conversa com os representantes institucionais ficou evidente a projeção territorial da influência da UHEBM. Apesar dos reservatórios da usina estarem localizados nos municípios de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu, os impactos, sejam eles positivos ou negativos, são regionais e nem sempre plenamente conhecidos pelos agentes institucionais.

Um espaço para discussão dos caminhos para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida regional é oferecido nas reuniões do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), do qual fazem parte 11 municípios, a saber: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu,

(Figura 4.1). A concepção do PDRSX é de que a implantação de grandes obras de infraestrutura, como a construção da UHEBM, representa uma oportunidade de repensar e viabilizar as políticas públicas vigentes, com o foco central na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Para cumprir tal objetivo, foi instalado em 3 de junho de 2011 o Comitê Gestor do PDRSX (CGDEX) que desde então realiza reuniões com frequência próxima do mensal, contando com a presença de representantes federais, estaduais, dos municípios envolvidos e da sociedade civil. As reuniões do Comitê são precedidas por reuniões de suas Câmaras Técnicas (CT), que atualmente são compostas por sete grupos, a saber: ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental, infraestrutura para o desenvolvimento, fomento às atividades produtivas sustentáveis, inclusão social e cidadania, monitoramento e acompanhamento da implementação das condicionantes previstas no licenciamento ambiental do empreendimento Belo Monte, povos Indígenas e populações tradicionais, saúde e educação.

Nestes diferentes eixos temáticos observa-se que as demandas municipais são diferenciadas, ressaltando os diferentes níveis de estruturação social, política e econômica entre os municípios. Prova disso é que enquanto há municípios que priorizam a construção de escolas de ensino fundamental e construção e reforma de postos de saúde, outros solicitam o fortalecimento do ensino superior e a construção de hospitais para atendimentos de alta complexidade. Além disso, observou-se que os problemas e soluções devem ser pensados em escala regional e não somente municipal, já que as resistências ao desenvolvimento da região não respeitam limites administrativos e estão fortemente conectadas no território.

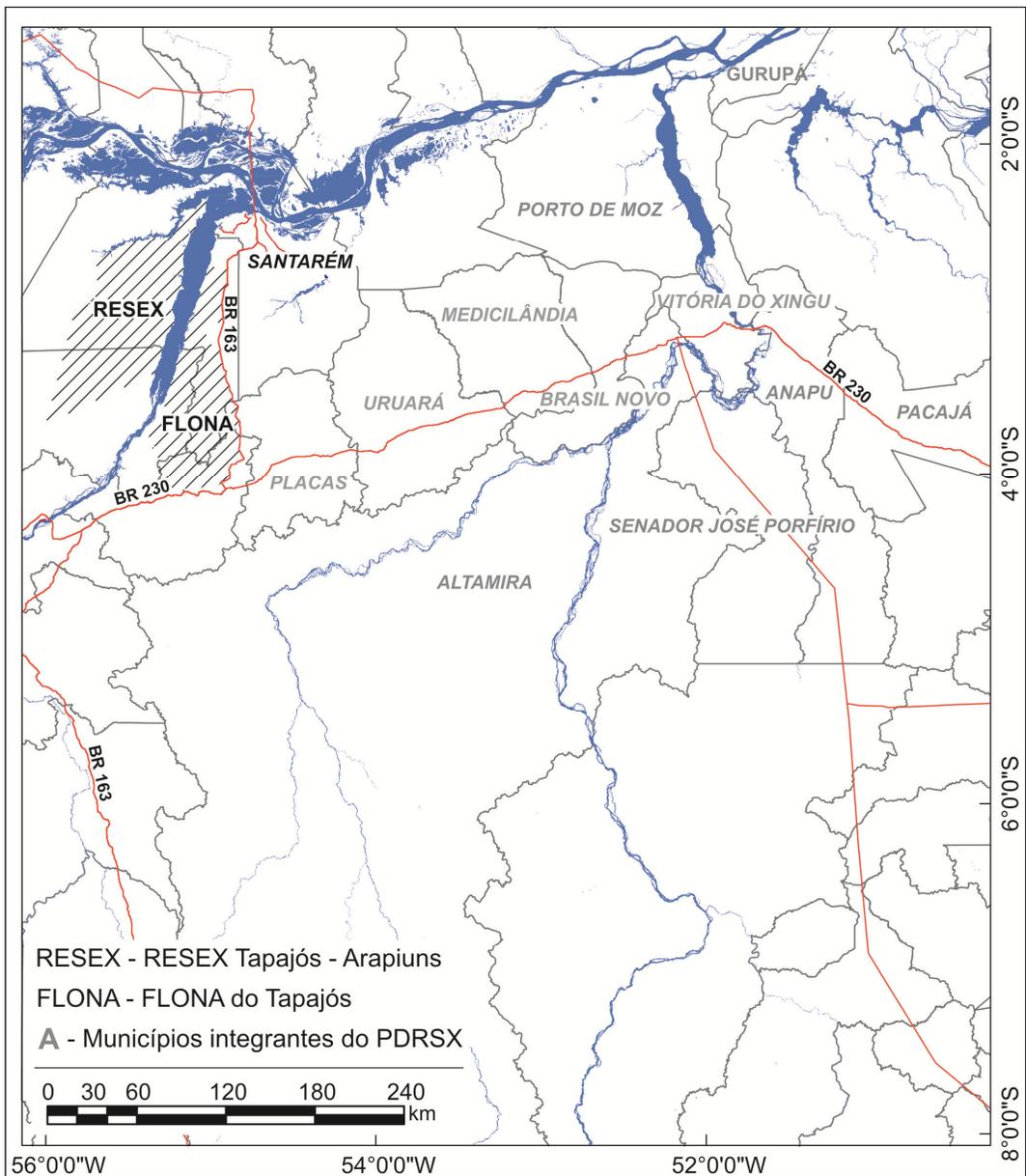


Figura 4.1 – Região sudoeste paraense, com destaque para o municípios integrantes do PDRSX e as UCs no entorno de Santarém.

4.2.8 Atuação e articulação das instituições visitadas

Além das informações referentes à caracterização regional, foi possível mapear, de forma parcial, a articulação das instituições visitadas em Altamira. A figura 4.2 constitui uma percepção das articulações identificadas entre as instituições, relacionadas em termos de tipo (primeiro, segundo ou terceiro

setor), área territorial de atuação (regional ou local/municipal) e cooperações. Dado a influência na gestão regional, o Consórcio Belo Monte foi incluído como instituição que representa a UHEBM e seus desdobramentos.

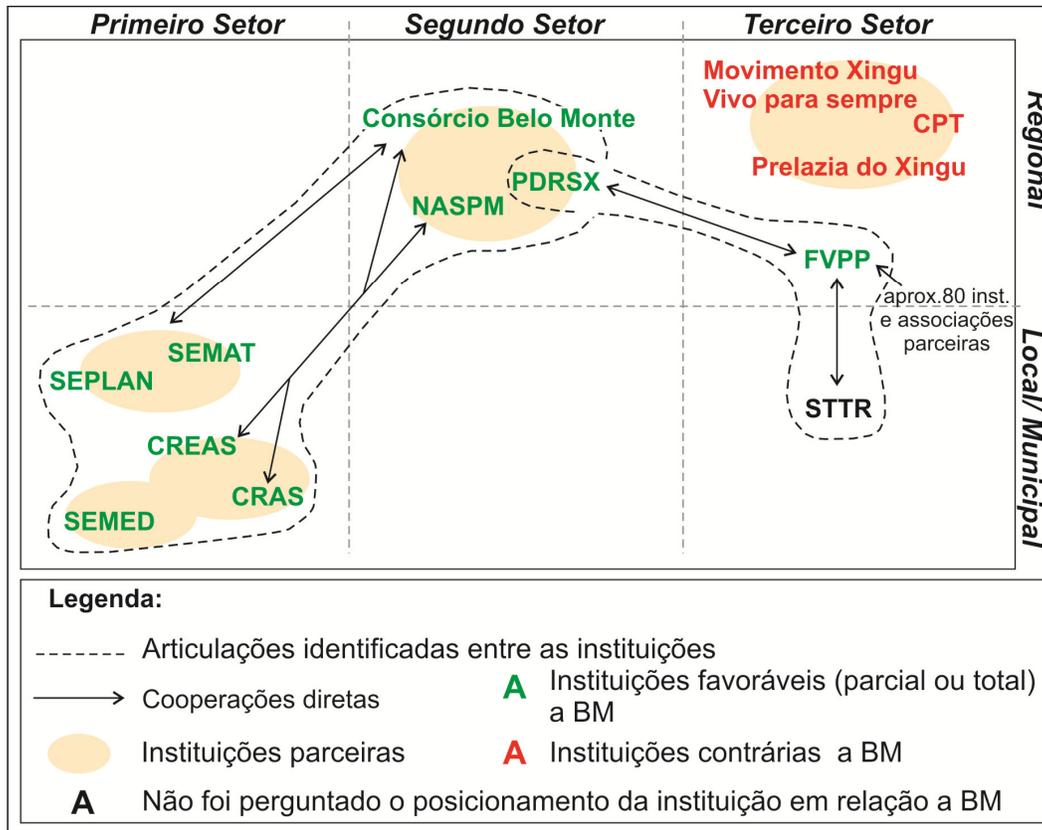


Figura 4.2 – Articulação das instituições visitadas em Altamira.

De modo geral, observou-se que a rede institucional se articula de diferentes formas: por meio de cooperações diretas - nas quais as instituições atuam conjuntamente na discussão e execução de alguns projetos e demandas-, e como instituições parceiras – quando as instituições possuem relações de complementariedade e posicionamentos semelhantes. Além dessas, foi possível mapear as instituições que se articulam direta ou indiretamente.

Em termos de abrangência de atuação territorial, as instituições podem ser categorizadas em dois grupos. No primeiro grupo estão as que atuam a nível local, aqui entendido como referente à escala intramunicipal, entre as quais estão as secretarias municipais e o sindicato dos trabalhadores rurais de

Altamira. No segundo grupo estão as instituições de atuação regional, ou seja, aquelas cuja atuação não está restrita aos limites administrativos de um município, entre as quais foram visitados o Núcleo de Atendimento Social e Psicológico do Migrante (NASPM), as reuniões do PDRSX, a CPT, a Prelazia do Xingu e a FVPP. Além destas, apesar de não terem sido visitadas, a partir de percepções indiretas coletou-se parte das redes institucionais do Consórcio de Belo Monte e do Movimento Xingu Vivo para Sempre⁹.

Além disso, de forma geral, observa-se que a construção da UHEBM provocou uma ruptura político e ideológico entre as instituições, dividindo as que são favoráveis, as que são contrárias, mas que optaram participar das negociações, e as que continuam se opondo ao projeto. Desse modo, as relações colaborativas são estabelecidas, de um lado entre as instituições contrárias à implementação do empreendimento, como a Prelazia do Xingu e a CPT, e de outro entre as instituições cujo posicionamento político dialoga com o projeto e seus desdobramentos.

Ressalta-se que esse posicionamento favorável, seja total ou parcial, está associado principalmente às condicionantes acordadas para a implantação da UHEBM. A FVPP é um exemplo, cuja articulação com o consórcio se estabelece por meio do PDRSX – um condicionante da obra, onde a fundação, que possui uma rede com cerca de 80 instituições e associações parceiras, é a representante da sociedade civil. Indiretamente, essa rede da FVPP também se alinha ao PDRSX, como no caso o sindicato, cujo posicionamento em relação ao empreendimento não ficou claro durante a conversa.

Fazem parte da rede institucional da FVPP os sindicatos, cooperativas e representações de moradores e produtores rurais, movimentos sociais rurais e urbanos do sudoeste do Pará, universidades, ONGs nacionais e internacionais, entre outras instituições, que se articulam na identificação das demandas e na proposição de alternativas. Nessa rede colaborativa, as demandas de

⁹ No primeiro grupo vale ressaltar que o sindicato, apesar de representar os trabalhadores rurais do município de Altamira, se articula com outros sindicatos, bem como com instituições de abrangência regional, como a FVPP. As secretarias, por outro lado, adotam o posicionamento da prefeitura municipal e por isso participam ativamente da negociação das condicionantes e da proposição de estratégias para reduzir os impactos da construção da UHEBM.

comunidades ou grupos de pessoas chegam até a fundação por intermédio dos representantes locais, como os sindicais e de associações de moradores. A partir das demandas, a fundação se articula com as demais instituições parceiras e passa a coordenar ações para implantação de projetos e solução de problemas. Atualmente, a fundação tem em torno de 20 projetos em andamento, relacionados com artesanato, produtos orgânicos e móveis.

Para instituições como o CRAS, CREAS, CPT e a Prelazia do Xingu, a atuação junto à população é realizada por meio de uma rede. Como essas instituições trabalham com denúncias, quando os casos chegam, essas instituições oferecem suporte e acionam outras instituições, como Ministério Público, Polícia Civil e outras instituições de proteção do cidadão, para direcionarem os casos.

4.3 SANTARÉM

As principais observações referentes à Santarém obtidas nas instituições visitadas são descritas a seguir.

4.3.1 Saúde e educação

A Secretaria de Educação do município de Santarém é responsável pelas unidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental prioritariamente. Desenvolve parceria com a Quinta Unidade Regional de Ensino da Secretaria Estadual de Educação, buscando consolidar a rede de formação dos alunos do município.

Atualmente, das 378 escolas do município, 280 escolas estão distribuídas nas comunidades ribeirinhas e 48 escolas estão em áreas consideradas urbanas. As demais unidades escolares estão distribuídas nas comunidades do Planalto.

Em decorrência de pesquisas de campo anteriores, buscou-se a partir da perspectiva institucional, compreender a escolha de escolas consideradas polos e anexas. A partir da conversa com gestores concluiu-se que o objetivo de criar escolas polo é tirar instituições de ensino menores do isolamento e não

deixá-las sem o acompanhamento administrativo. Essa nucleação é definida pelas condições da comunidade, concentração de número de alunos, estrutura da escola e distância a outros centros de ensino. Uma escola ou sala anexa, assim definida, tem sua administração vinculada à escola polo. Atualmente, a secretaria tem buscado realizar uma nova nucleação de escolas, haja vista que há muitas unidades escolares consideradas como salas anexas com grande número de alunos. Esta nova nucleação irá auxiliar na distribuição de investimentos e melhor administração da secretaria.

Alguns setores e departamentos da secretaria de educação foram visitados para aquisição de informações e dados sistematizados, entre os quais o setor de planejamento, de estatística, de engenharia, departamento de alimentação e departamento de educação especial. Foi possível adquirir dado sistematizado das escolas localizadas no planalto do município e em cada setor/departamento pode-se compreender melhor a atuação da secretaria com as escolas do município.

Com relação à saúde, não foi possível entrevistar o secretário responsável pela unidade de saúde e adquirir dados sistematizados. Entretanto, foi preenchido um formulário para a aquisição de dados dos estabelecimentos de saúde do município seguindo os parâmetros da secretaria de saúde.

4.3.2 Recursos florestais e pesca

Nas visitas institucionais observou-se que a utilização de recursos florestais e pesca são fundamentais para a manutenção e sobrevivência da população do oeste paraense, especialmente aquela inserida em UCs, fato esse também observado nos levantamentos de campo anteriores. Em partes isso é explicado porque a própria definição de UC de uso sustentável estabelece a utilização sustentável dos recursos pelas populações residentes, que no entorno de Santarém - na FLONA Tapajós e RESEX Tapajós Arapiuns - representam aproximadamente 27 mil moradores.

Na FLONA, para viabilizar o Plano de Manejo, foi criada a Cooperativa Mista da FLONA (COOMFLONA), que constitui um modelo de manejo florestal comunitário de caráter empresarial com quadro de trabalhadores restrito aos comunitários da FLONA. Além dos produtos madeireiros, são também explorados produtos não madeireiros através do artesanato e turismo, que constituem uma importante fonte de renda para parte dos comunitários. Contudo, embora criada sob o nome de cooperativa da FLONA, apenas uma minoria é associada à COOMFLONA e usufrui diretamente dos benefícios da cooperativa¹⁰.

Na região, a exploração ilegal de madeira e a pesca industrial são problemas nem sempre combatidos, devido às distâncias e o quadro reduzido de agentes dos órgãos responsáveis pela fiscalização. Em UCs cujos limites também são definidos pela presença de rios, como a FLONA Tapajós e a RESEX Tapajós Arapiuns, somente os recursos florestais estão sob domínio do ICMBio. Essa questão se torna fundamental para a gestão e manutenção da unidade, e constitui uma pauta de discussão do ICMBio, uma vez que as populações residentes nessas unidades são tradicionais e tem o rio como meio de sobrevivência.

Em relação à pesca, o oeste paraense possui atualmente cerca de 40 mil pescadores artesanais e grande parte do que é produzido é consumido localmente. Conforme relatado, o amparo financeiro durante o período de defeso aos pescadores tem sido fundamental para a manutenção e aumento da abundância de algumas espécies. Contudo, para as espécies com legislações específicas, cujo defeso não coincide com período de amparo, a abundância tem diminuído.

Entre as principais demandas dessa categoria estão: uma secretaria da pesca em Santarém - já que atualmente devem se deslocar até Belém para resolver qualquer problema -, construção de um Centro Integrado de Pesca Artesanal

¹⁰ Ressalta-se que há um projeto de reproduzir esse modelo de manejo na Resex.

(SIPAR) – para armazenar a pesca e facilitar a comercialização em diferentes períodos do ano -, estreitar as relações com o Ministério do Trabalho e Ministério da Pesca – atualmente não recebem seguro desemprego e com frequência dos documentos de comprovação de atividade sofrem atraso. na entrega, colocando os pescadores em risco de multa por prática ilegal da pesca.

4.3.3 Produção

No entorno de Santarém, além da produção de grãos, destaca-se a produção de agricultores familiares, que servidos por ampla rede de estradas e próximos a centros urbanos, abastecem as feiras distribuídas nas cidades de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Os principais produtos são frutas, como abacaxi, melancia, maracujá e limão, além de hortaliças, pimenta do reino e farinha. Em geral, os produtores estão associados à APRUSAN, uma associação de produtores rurais que conta hoje com 212 cooperados, em 81 comunidades, e quatro feiras distribuídas pela cidade de Santarém. A seleção dos associados é feita por intermédio dos representantes da associação nas comunidades, sendo que a maior parte dos produtores associados está localizada no município de Mojuí dos Campos, emancipado em 2012.

Enquanto a agricultura familiar do planalto santareno organiza sua produção e comercialização através de uma associação bastante representativa e atuante, as comunidades ribeirinhas, em geral situadas em UCs, em muitos casos acessam o mercado consumidor de Santarém por intermédio de atravessadores. Isso pode ser explicado em parte pela dificuldade de acesso dessas comunidades à cidade de Santarém e pelo fato da produção ribeirinha ser voltada basicamente para a roça. Por outro lado, há um consenso entre os representantes das instituições na percepção de que essas comunidades possuem potencial para cooperativismo e, por isso, capacidade para acessar um mercado diferenciado. Conforme relatado, a produção ribeirinha é variada e voltada para a subsistência, sendo a mandioca para a produção de farinha o

principal produto econômico.¹¹ Entre outras atividades, é possível destacar a extração da borracha, mel de abelha, criação de animais de pequeno porte (como galinha e porco), pecuária, produção de agricultura perene e produção de alimentos voltados para a Agricultura Familiar.

Além disso, programas como o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA)¹² e o *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE)¹³ destacam-se como importantes alternativas econômicas para a produção de muitos dos pequenos agricultores. Merece destaque também a expansão da produção orgânica na agricultura familiar, que conquista um crescente mercado na região.

4.3.4 Bem estar e segurança

Nas instituições observou-se que há uma preocupação quanto às questões de bem estar e segurança em Santarém, tanto em relação ao acesso da população aos órgãos para denúncia, esclarecimentos e apoio, quanto na disseminação da informação e busca das demandas nas diferentes áreas municipais, cuja atuação está dividida em: planalto, ribeirinha, projetos de assentamento e quilombola. Conforme relatado, na cidade de Santarém há bairros onde alguns conflitos sociais são mais frequentes, tais como violência, uso de drogas e prostituição. Além disso, constatou-se que em áreas mais "isoladas" e/ou tradicionais, como as comunidades ribeirinhas do Arapiuns, algumas situações - tais como exploração sexual de crianças e adolescente - não são combatidas ou denunciadas porque se tornaram fatos naturalizados culturalmente.

A identificação de tais problemas foi possível a partir da implementação do programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e combate à

¹¹ A farinha constitui a maior atividade produtiva da população do Tapajós e do Arapiuns, mas conforme relatado por alguns representantes, a produção de farinha tem diminuído nos últimos anos devido os programas de transferência de renda do governo.

¹² O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

¹³ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desenvolvido pelo Ministério da Educação, oferece alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional e na maioria dos casos atua em parceria com os pequenos produtores locais.

Fome (MDS) chamado “*Busca Ativa*”¹⁴. Nesse contexto, criou-se o projeto Maromba, cujo objetivo é acessar semanalmente diferentes comunidades ribeirinhas de Santarém e levar até elas o apoio de cerca de 70 profissionais de áreas como: entrevistadores do Cadastro Único, dentistas, educadores e médicos. Esta iniciativa da prefeitura de Santarém que agregou as diferentes secretarias municipais, venceu em 2013 o prêmio *Rosani Cunha de Desenvolvimento Social* oferecido pelo MDS e resultou em uma inserção de inúmeras famílias no Cadastro Único, aumento do cumprimento de condicionantes de saúde e educação, além de gerar um maior conhecimento por parte dos gestores públicos, dos principais problemas e desafios enfrentados por essa população.

Os principais problemas relatados no município e atendidos pelas entidades especializadas são o consumo de drogas - especialmente na cidade -, violência contra a mulher, prostituição infantil – especialmente nas áreas turísticas do município – e um grande número de moradores de rua. Para combater esses problemas, a atual gestão tem ampliado o número de conselhos tutelares e dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), disponibilizado um centro para atendimento da população de rua, além de divulgar e incentivar as matrículas nos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Com relação a estes cursos oferecidos pelo Pronatec em parceria com Instituições como UFPA e Sistema S, ao contrário de Altamira, na maioria dos casos a demanda supera a oferta. Segundo relatado pelos gestores do projeto, os cursos mais procurados são: mecânica de automóveis e motocicletas, eletricitista predial, motorista de produtos perigosos, motorista de

¹⁴A Busca Ativa é uma estratégia do Plano Brasil Sem Miséria e significa levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público. Um dos grandes desafios do Brasil Sem Miséria é alcançar aqueles que não acessam os serviços públicos e vivem fora de qualquer rede de proteção social. A ausência de documentação civil, migrações constantes, residência em territórios com conflitos, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos, desconhecimento de seus direitos, entre outros, dificultam o acesso dessas famílias aos programas sociais municipais, estaduais e Federais. Assim, a Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como o encaminhamento destas famílias aos serviços da rede de proteção social.

retroescavadeira, libras, artesanato, auxiliar administrativo, idioma, entre outros.

4.3.5 Atuação e articulação das instituições visitadas

Além das informações referentes à caracterização regional, foi possível mapear, de forma parcial, a articulação das instituições visitadas em Santarém. A figura 2 constitui uma forma de representação das instituições em termos de tipo (primeiro e terceiro setores), área territorial de atuação (regional ou local/municipal) e cooperações.

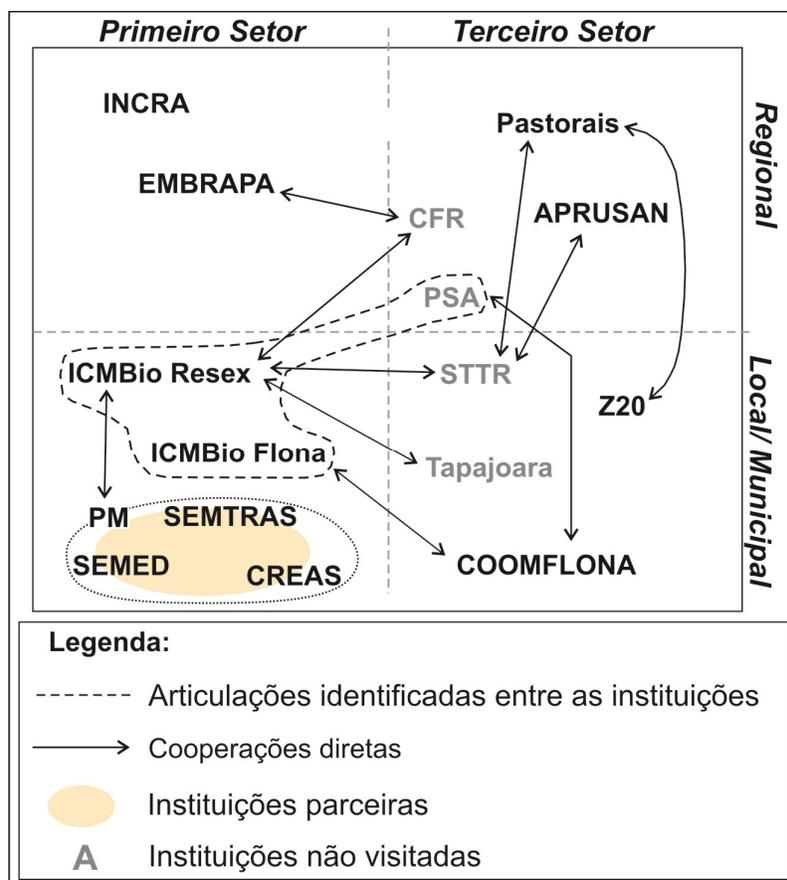


Figura 4.3 – Articulação das instituições visitadas em Santarém.

Com relação à atuação territorial, para as instituições visitadas em Santarém assume-se que a escala local/municipal refere-se também a outras unidades administrativas, como no caso as UCs, que são geridas por uma instituição

específica, no caso o ICMBio que é responsável pelas UCs instituídas pela União. Dessa forma, na escala local foram visitadas as secretarias municipais, as secretarias administrativas do ICMBio para a FLONA Tapajós e para a RESEX Tapajós-Arapiuns, a COOMFLONA, a Z-20 e o CREAS. Em nível regional estão as pastorais, a Embrapa e o INCRA - que atuam em diversos municípios do oeste paraense, e a APRUSAM - que atende os produtores rurais do Planalto Santarém, nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

A atuação das instituições, em geral, é alicerçada por uma rede de organizações, com diferentes funções e níveis territoriais, que articula as escalas de atuação governamental. Por exemplo, o ICMBio RESEX Tapajós-Arapiuns, enquanto instância deliberativa na gestão da UC, tem a atuação intermediada pela Associação dos Moradores da RESEX - Tapajoara, e, assim como o ICMBio FLONA Tapajós, desenvolve parcerias com uma diversidade de outras instituições, como o Projeto Saúde e Alegria (PSA), Prefeitura Municipal (PM), STTR, Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), organizações do terceiro setor, entre outras entidades.

Apesar da atuação, nem sempre o ICMBio é citado como instituição presente nas comunidades, visitadas durante os levantamentos de campo, ao contrário da Tapajoara, que na maioria das vezes é lembrada, e do PSA, que também é citado em todas as comunidades onde desenvolve algum projeto. Vale ressaltar que o PSA possui uma atuação efetiva nas comunidades inseridas nas UCs, através de uma série de projetos em parcerias com outras instituições, que buscam viabilizar a manutenção das populações nessas unidades, fornecendo alternativas de renda e acesso a mercados mais especializados, microssistemas de água, oficinas e auxílio em projetos para estruturação fundiária, entre outros.

Observou-se que o STTR, embora não visitado, tem ampla atuação junto às instituições em Santarém, sendo citado em entidades do primeiro e terceiro setor. Na EMBRAPA a articulação com o STTR é indireta e mediada pela Casa Familiar Rural (CFR), projeto que vem sendo implantado no sudoeste paraense

pela FVPP desde 1995 e que o STTR é um parceiro e apoiador. Com relação a EMBRAPA, cujo objetivo é a pesquisa voltada para o produtor, a atuação se dá por meio das demandas municipais, e dificilmente com o produtor individual.

Na prefeitura municipal de Santarém, as secretarias atuam como entidades parceiras, especialmente nas ações conduzidas pela prefeitura. Entre as ações merece destaque a “*Busca Ativa*” que percorre as comunidades localizadas no município para identificar as demandas e disponibilizar acesso aos serviços, através do cadastro no CAD Único e os programas vinculados como o Bolsa Família, para a população. Ressalta-se que a SEMTRAS e o CREAS, dado as atribuições de cada entidade, atuam conjuntamente em diversas situações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sudoeste paraense as cidades de Altamira e Santarém constituem dois importantes centros de referência, cuja ocupação foi influenciada pelo rio e pela estrada e, atualmente, pela chegada de grandes investimentos. Em que pese as semelhanças gerais, tem-se a percepção clara das diferenças entre ambas cidades: Santarém segue a dinâmica do rio, enquanto Altamira a da estrada.

Em Altamira, expressões como "*o Pará paraense, diferente do nosso Pará*" ilustram o sentimento de diferença em relação à ocupação tradicional amazônica que caracteriza a cidade de Santarém. Conceitos como o "*pertencimento*" são trabalhados com a população altamirense, em sua maioria de origem não paraense, nas práticas de educação ambiental. E as transformações na paisagem, nem sempre constantes, são rápidas e intensas, como no ritmo da estrada. Enquanto Altamira se parece com um canteiro de obras e efervesce com as questões políticas e ideológicas acerca da UHEBM e, mais recentemente, com Belo Sun, em Santarém as mudanças são mais gradativas e os posicionamentos, quanto a grandes obras e investimentos, mais sutis e indiretos.

De modo geral, com relação às instituições observou-se que:

1. São importantes fontes de informações e dados sistematizados, que podem complementar as informações coletadas em campo. Além disso, a visão fornecida pelas instituições complementa as percepções adquiridas em campo, de modo a caracterizar processos e atores em diferentes escalas espaciais e temporais;
2. A atuação das instituições nas comunidades nem sempre é direta. Algumas atuam através de intermediários, ou seja, a atuação das entidades nas comunidades é intermediada por outras formas de representação comunitária ou até mesmo outras instituições. Essa articulação, nem sempre é capturada nos levantamentos de campo

realizados pelo grupo, sendo que normalmente é citado apenas quem faz a intermediação;

3. No território, as instituições atuam em conjunto com outras instituições, como uma rede. Contudo, nem sempre a relação entre as instituições é colaborativa e, muitas vezes, decorre de posicionamentos políticos, ideológicos e conjunturais divergentes;
4. As instituições, muitas vezes, fazem a ponte entre a produção local e a sua inserção em mercados mais especializados;
5. Muitas vezes as instituições são hierarquizadas por instâncias governamentais, privadas e do terceiro setor.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, P. A.; AMARAL, S.; ESCADA, M. I. S. E; MONTEIRO, A. M. V. Explorando as relações entre a dinâmica demográfica, estrutura econômica e mudanças no uso e cobertura da terra no sul do Pará: lições para o Distrito Florestal Sustentável da BR 163. **Geografia (Rio Claro)**, v. 35, n. 1, p. 165 - 182, 2010.

AMARAL, S.; ANDRADE, P. R.; ESCADA, M. I. S.; ANDRADE, P. R.; ALVES, P. A.; PINHEIRO, T. F.; PINHO, C. M. D.; MEDEIROS, L. C. C.; SAITO, É. A.; RABELO, T. N. **Da canoa à rabeta: estrutura e conexão das comunidades ribeirinhas no Tapajós (PA)**. São José dos Campos: INPE, 2009. 30 p. (INPE-16574-RPQ/827). Disponível em: <<http://urlib.net/sid.inpe.br/mtc-m18@80/2009/09.11.18.27>>. Acesso em: 21 out. 2013.

AMARAL, S.; GAVLAK, A. A.; ESCADA, M. I. S.; MONTEIRO, A. M. V. Using remote sensing and census tract data to improve representation of population spatial distribution: case studies in the Brazilian Amazon. **Population and Environment**, v.34, p.142–170, 2012. doi: <10.1007/s11111-012-0168-2>.

AMARAL, S.; DAL'ASTA, A. P.; BRIGATTI, N.; PINHO, C. M. D. de.; MEDEIROS, L. C. de C.; ANDRADE, P. R. de.; PINHEIRO, T. F.; ALVES, P. A.; ESCADA, M. I. S.; MONTEIRO, A. M. V. Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil). **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.30, n.2, 2013.

BRIGATTI, N.; DAL'ASTA, A. P.; AMARAL, S.; ESCADA, M. I. S.; GAVLAK, A. A. Identificação de áreas edificadas e núcleos urbanos na região Amazônica utilizando dados do sensor Landsat-TM5. In: XV SBSR, 2011, Curitiba. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2011. p. 6835-6842. ISBN 978-85-17-00056-0. Disponível em: <<http://urlib.net/3ERPFRTRW/3A499DE>>. Acesso em: 25 set. 2013.

DAL'ASTA, A. P.; BRIGATTI, N.; AMARAL, S.; ESCADA, M. I. S.; VIEIRA MONTEIRO, A. M. Identifying Spatial Units of Human Occupation in the Brazilian Amazon Using Landsat and CBERS Multi-Resolution Imagery. **Remote Sensing**, v. 4, n. 1, p. 68-87, Jan. 2012. doi: <10.3390/rs4010068>.

DAL'ASTA, A. P.; ESCADA, M. I. S.; BRIGATTI, N.; GAVLAK, A. A.; AMARAL, S. **Núcleos de ocupação humana e usos da terra entre Santarém e Novo Progresso, ao longo da BR-163 (PA)**. São José dos Campos: INPE, 2011, 51p. (sid.inpe.br/mtc-m19/2011/03.29.14.21-RPQ). Disponível em:< http://www.dpi.inpe.br/sil/URBIS/Urbanis_Refs_selec/RPQ11_BR163-2010.pdf>. Acesso em: 26 out. 2013.

DAL'ASTA, A. P.; AMARAL, S.; MONTEIRO, A. M. V. O Rio e as cidades: uma análise exploratória de dependências e alcances das comunidades do Arapiuns

(Pará-Brasil) e da formação do urbano na Amazônia. **Revista Espinhaço**, 2014, v. 3, n.1, 2014, p. 98-109.

ESCADA, M. I. S.; AMARAL, S.; RENNÓ, C. D.; PINHEIRO, T. **Levantamento do Uso e Cobertura da Terra e da rede de infra-estrutura no Distrito Florestal da BR-163**. São José dos Campos: INPE, 2009. 52 p. (INPE-15739-RPQ/824).

ESCADA, M. I. S.; DAL'ASTA, A. P.; SOARES, F. R.; ANDRADE, P. R.; PINHO, C. M. D.; MEDEIROS, L. C. C.; CAMILOTTI, V. L.; DOS SANTOS, J. N. A.; FERREIRA, V. C.; AMARAL, S. **Infraestrutura, serviços e conectividade das comunidades ribeirinhas do Arapiuns, PA**. São José dos Campos: INPE, 2013. 121 p. (sid.inpe.br/mtc-m19/2013/04.29.14.32-RPQ). Disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3E2NF9P>>. Acesso em: 27 out. 2013.

GAVLAK, A. A. Padrões de mudança de cobertura da terra e dinâmica populacional no Distrito Florestal Sustentável da BR-163: população, espaço e ambiente. 2011. 177 p. (sid.inpe.br/mtc-m19/2011/08.02.16.24-TDI). **Dissertação** (Mestrado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2011. Disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3A7C3ML>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010. http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/: IBGE, 2010.

PINHO, C. M. D. Análise das redes de localidades ribeirinhas Amazônicas no tecido urbano estendido: uma contribuição metodológica. 2012. 178 p. (sid.inpe.br/mtc-m19/2012/04.19.04.13-TDI). **Tese** (Doutorado em Sensoriamento Remoto) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2012. Disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3BNMFS8>>. Acesso em: 25 set. 2012.

7 APÊNDICE

Roteiro de perguntas que nortearam as entrevistas institucionais realizadas em Altamira e Santarém

Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo (Altamira)

1. Quais os programas e políticas na área de gestão ambiental e turismo que a secretaria tem conduzido? (Identificar se tem políticas específicas para a zona rural, UCs, áreas tradicionais)
2. Com o desalojamento das famílias que estão nas áreas a serem alagadas: Estas famílias estão comprando terras? Onde? Isso tem afetado o desmatamento? Como estão as indenizações?
3. A secretaria desenvolve ações junto às comunidades rurais, seja para esclarecimentos, capacitação e implementação de projetos?
4. Quais as áreas municipais mais emblemáticas para a secretaria?
5. Com relação à UHE Belo Monte, quais os impactos e as demandas que o município passou a tratar?
6. Das compensações da UHE Belo Monte, quais estão previstas? Dificuldade de aplicar e utilizar o recurso de compensação?
7. Como a secretaria contempla a gestão ambiental durante e após a conclusão da UHE de Belo Monte?
8. Tem projetos específicos de turismo? Quais as principais atividades de turismo no município?
9. Tem atividades de turismo em comunidades? Tem áreas prioritárias de ação da secretaria?
10. Tem informações sistematizadas: por ex. perfil dos associados, mapas, comunidades, projetos.

Fundação Viver, Produzir e Preservar (Altamira)

11. Os pequenos produtores têm parceria com o Projeto Agricultura Familiar para merenda nas escolas?
12. Nos municípios que a Fundação atua, quais as áreas onde os pequenos agricultores encontram mais dificuldades para se desenvolverem? E quais as áreas que a FVPP encontra maiores dificuldades para se inserir?
13. Quais os parceiros e os oponentes ao trabalho da FVPP?
14. Quais os principais projetos da FVPP e qual a cobertura desses projetos?
15. Como são escolhidas as áreas para implementação dos projetos? Como é a articulação para implementação dos projetos (captação de recursos, seleção da área, capacitação dos agricultores)?

16. Para a FVPP, quais os entraves para o desenvolvimento regional da Transamazônica?
17. Sobre os projetos, o que a experiência da FVPP mostra como alternativas para o desenvolvimento da agricultura familiar na região da transamazônica?
18. Há perspectivas de implementação de APLs em outras áreas, além das UCs? Como esses produtos são comercializados – se valem a pena ou não – se é organizado ou incipiente?
19. Como a FVPP vê o projeto para a criação do Distrito Sustentável do Cacau na transamazônica?
20. Como funcionam as casas familiares rurais: número, alunos, municípios? Com quase 20 anos desde a implantação da primeira Casa Familiar Rural, como a FVPP avalia as CFR para quem vive no campo? (o que a CFR influenciaram na vida de quem mora no campo)
21. Como é a atuação das mulheres nos movimentos? Ao longo dos anos tem aumentado a participação feminina?
22. Problemas que a FVPP identifica com os pequenos produtores e com a dinâmica no campo
23. Quais os impactos da UH de Belo Monte para a agricultura familiar? E para os projetos de desenvolvimento regional?
24. Qual cenário a FVPP vislumbra após a construção de Belo Monte?
25. Com relação às políticas de desenvolvimento para a região Amazônia, quais gargalos que a FVPP identifica na região oeste paraense?
26. Tem informação sistematizada: por ex. perfil dos associados, mapas, comunidades, projetos.
27. Ver projetos específicos, porque em alguns lugares dão certos e outros não? Parte da organização local ou de fora? Olhar para projetos em áreas pontuais.
28. Entender o cacau orgânico – Quais os mercados? Quem faz a articulação? São os pequenos ou a FVPP?
29. Olhar algum produto que não deu certo para saber o porquê?
30. Quais os principais limitantes hoje para a comercialização dos produtos extrativistas (alimentos, plantas medicinais, artesanato, turismo)? É a demanda?

Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Altamira)

31. Conforme observamos nas comunidades visitadas, grande parte dos comunitários é sócia do STTR. Por que para o pequeno produtor é atrativo ser sócio do sindicato dos trabalhadores rurais?
32. Como atuam os delegados sindicais que ficam nas comunidades? Como são escolhidos?
33. Quais os critérios para se associar?

34. Qual o panorama da agricultura familiar na transamazônica: produção, estrutura de terras, dinâmica (aumento do número de associados)?
35. Qual a principal fonte de renda de quem mora no campo?
36. Há diferenças de benefícios: homens e mulheres? Benefícios de crédito?
37. Qual a idade mínima para ser sócio do sindicato? Os jovens estão se associando? Esses jovens são em sua maioria homens ou mulheres? Os jovens têm garantia de herança de posse da terra e isso os mantém no campo?
38. Que tipo de política o sindicato tem com relação à produção e comercialização da agricultura familiar?
39. Como está o acesso à terra por parte dos pequenos produtores em Altamira (títulos de propriedade)?
40. Quanto aos programas nacionais de fortalecimento da agricultura familiar, os pequenos produtores de Altamira e região tem acesso a essas linhas de crédito? Quais são as principais demandas para esse tipo de programa (ex. bacia leiteira, roça, infraestrutura, etc.)?
41. O sindicato tem projetos de extensão rural para capacitação dos trabalhadores? E projetos de diversificação das estratégias de produção?
42. Existe intermitência no período que o agricultor está associado? Participação/ continua ativo.
43. Com relação aos idosos que moram no campo, qual a cobertura da aposentadoria rural? A maioria já recebe?
44. Quais são as políticas de igualdade de gênero? Mulheres estão mobilizadas – tipo de políticas
45. Considerando a dinâmica do campo, quais caminhos você vê como alternativas para a fixação do homem no campo? As políticas nacionais de fortalecimento da agricultura familiar são suficientes? Ou você acha que a região precisa de programas específicos para a região ou para a Amazônia?
46. O que vocês acham a criação do Distrito Florestal Sustentável do Cacau?
47. Quais os parceiros do STTR? Quais os principais opositores ao trabalho do sindicato?
48. Quais as principais reivindicações dos pequenos agricultores?
49. O pessoal que sai do campo tem ido para onde?
50. Quais os principais conflitos sociais que se observa na zona rural da região?
51. Quais os principais impactos da construção da UH de Belo Monte para os pequenos produtores de Altamira e região?
52. Tem informação sistematizada: por ex. perfil dos sindicalizados, produção, mapas, e outros.
53. Quais os principais limitantes hoje para a comercialização dos produtos extrativistas (alimentos, plantas medicinais, artesanato, turismo)? É a demanda?

Secretaria Municipal de Planejamento (Altamira)

54. Quais os programas e políticas na área de planejamento que a Secretaria tem conduzido? (Identificar se tem políticas específicas para o campo, UCs, áreas tradicionais).
55. Com relação ao Plano Diretor de 2010 (elaborado em 2003 e revisto em 2010), quais as principais mudanças em relação a 2003? E com relação aos próximos anos, como o PD contempla o futuro municipal, considerando a construção e finalização da UH de Belo Monte?
56. Considerando 2010 até 2014 (4 anos desde a aprovação do PD), quais pontos a secretaria identifica como deficitários no planejamento municipal? Hoje, quais pontos devem ser priorizados?
57. Atualmente, quais os conflitos sociais que a cidade enfrenta?
58. Das pessoas que tem chegado quais as origens e perfis mais comuns?
59. Quais as demandas da população com relação a secretaria?
60. Qual a extensão do *Programa Minha casa Minha Vida* no município? Quem procura?
61. Quais os impactos da construção da UH de Belo Monte para o planejamento municipal e regional? Quais os bairros que surgiram em função da obra e quais as carências desses? Surgiram outros núcleos próximos a UH de Belo Monte? São planejado?
62. As famílias que estão sendo deslocadas das áreas a serem alegadas estão comprando terra? Onde? Isso tem afetado o desmatamento? Como estão as indenizações?
63. Das compensações ambientais da UH de Belo Monte, o que tem sido feito no município?
64. A Secretaria dispõe de informações sistematizadas: por ex. perfil, mapas, comunidades, projetos?

Núcleo de Atendimento Social e Psicológico ao Migrante (Altamira)

65. Quantos imigrantes foram atendidos desde a implementação do núcleo?
66. Quais os perfis e origens mais frequentes desses imigrantes?
67. Que tipo de apoio o núcleo oferece à estes imigrantes?
68. Que futuro o núcleo vislumbra com relação à questão migratória na região?
69. Como os imigrantes acessam os serviços do núcleo?
70. O núcleo dispõe de dados sistematizados?

Aprusan (Santarém)

71. Como surgiu a Aprusan e qual o papel da associação para a economia de Santarém e para as famílias associadas?

72. Qual a área de cobertura da Aprusan?
73. Qual o perfil dos associados/origem?
74. Como se associar e quais os benefícios de se associar?
75. Como funcionam as feiras coordenadas pela Aprusan e como são selecionados os produtores para cada feira (o mesmo agricultor pode participar das quatro feiras)?
76. Quais os produtos comercializados por ordem de importância econômica?
77. Qual o perfil de quem vende a farinha?
78. Os produtores se organizam para vender em grupos/cooperativas?
79. Como a associação enxerga a relação entre o pequeno e o grande produtor em STR?
80. Quais as principais demandas da Aprusan?
81. Quais os parceiros e entraves?
82. Há apoio técnico e logístico?
83. Há apoio governamental?
84. Esses problemas se intensificaram ou diminuíram ao longo do tempo ou as demandas mudaram?
85. Tem dado sistematizado: número de produtores/ origem/ quem vende o que?
86. Como a entrada da soja impactou a produção familiar? Onde se concentra a produção de farinha? Com a soja, o que aconteceu com a produção de farinha? E como o gado?
87. Quais os principais limitantes hoje para a comercialização dos produtos extrativistas (alimentos, plantas medicinais, artesanato, turismo)? É a demanda?

INCRA (Santarém)

88. Qual a situação fundiária da região?
89. Como está o processo de implementação do Cadastro do Terra Legal na região?
90. A região dispõe de acesso ao crédito rural? Em caso afirmativo, qual o tipo de acesso?
91. Como está o processo fundiário no PAE Lago Grande?
92. Quem fez o projeto de habitação rural do INCRA? Como foi concebido? Foram consideradas as questões culturais?

TAPAJOARA (Santarém)

93. Cobertura e efetividade da Associação (número de comunidades que está presente e é mais atuante em algumas)?
94. Quais as conquistas da Tapajoara?

95. Quais as demandas das comunidades em relação aos serviços prestados pela Tapajoara?
96. Quais ações a Tapajoara desenvolve atualmente (infraestrutura, saúde, economia, etc.)?
97. Como a Tapajoara contempla a atual situação das comunidades da FLONA e RESEX: são diferentes, tem demandas diferentes, evoluem de forma diferente, possuem estruturas diferentes?
98. E no futuro, quais cenários a Tapajoara vislumbra para as áreas em que atua?
99. Quais os parceiros da Associação?
100. Quais problemas são mais frequentes nas comunidades?
101. Quais os projetos que deram certo nas comunidades e por que? Quem faz a articulação e venda de produtos? Esse processo se mantém ao longo do tempo? Onde que vende? Qual a participação dos comunitários na comercialização (não só na produção)? Os comunitários são participativos em todo o processo?
102. Quais os produtos (extrativistas – não só alimentação, mas artesanato, construção de barcos – oficinas) principais que tem esses projetos e por que?
103. Como se dá a comercialização do peixe?
104. Como funciona o projeto Floresta Ativa?
105. Renda das comunidades (agregar valor a produção – produção de farinha (aumentou ou diminuiu)).
106. Como a Tapajoara se articula com as instituições?
107. Tem informações sistematizadas?

Z20 – Colônia de pescadores Z 20 (Santarém)

108. Como a associação avalia a pesca industrial e artesanal na região? Há conflitos entre as práticas de pesca artesanais e industrial?
109. Dentre as áreas de atuação da Z-20, de onde vem a maior quantidade de peixe?
110. Há mudanças na quantidade de pesca ao longo dos anos? Aumentou ou diminuiu – qual a percepção.
111. A instituição dispõe de dados sistematizados?

Projeto Saúde & Alegria (Santarém)

112. Projetos que desenvolvem relacionados à agregação de valor a produção local (alimento, artesanato, oficina de móveis, comercialização de produtos medicinais)?
113. Há projetos de turismo comunitário?
114. Quais pessoas se envolvem com o projeto há e oficinas de capacitação?
115. Quais comunidades que atuam (e/ou atuaram) e quais os principais resultados?

116. Como é feita a seleção de comunidades (se parte da comunidade ou o PSA seleciona, critérios)?
117. Abrangência dos projetos: como é o suporte, quanto tempo atuam na comunidade? Quais critérios são utilizados?
118. Quais os parceiros e entraves do PSA?
119. Como agregam recursos humanos ao projeto?
120. Dados sistematizados: locais dos projetos, número de pessoas, lista de produtos, valores.
121. Quais os principais limitantes hoje para a comercialização dos produtos extrativistas (alimentos, plantas medicinais, artesanato, turismo)?

ICMBio FLONA (Santarém)

122. Como o ICMBio vê a Flona e sua população residente?
123. Há regras para entrada e permanência dos moradores nas comunidades da Flona? Quais são? Qual o perfil da população (famílias e renda)?
124. Como é a relação entre o ICMBio e os moradores da Flona?
125. Quais as principais demandas relatadas pelos comunitários para a Flona?
126. Como funciona a cadeia produtiva nas comunidades? A Flona faz alguma mediação?
127. Quais alternativas o ICMBio propõe para os moradores da Flona para captação de recursos (considerando limitações no uso)?
128. Quais projetos o ICMBio desenvolve na Flona?
129. Como funciona o Projeto Ambé e a Coomflona?
130. Como o ICMBio avalia a evolução ambiental e social da Flona desde que foi delimitada como UC?
131. Como foi a saída da comunidade São Jorge da Flona? O ICMBio continuou dando suporte após sua saída?
132. Quais os entraves políticos na região para definição das políticas da Flona?
133. Como é a relação das pessoas que vivem no entorno com a Flona e com o ICMBio? Quais as normas?
134. Quais os parceiros e entraves do ICMBio?
135. Quais problemas o ICMBio enfrenta? Qtos funcionários o ICMBio tem na Flona – são locais?
136. O ICMBio dispõe de dados sistematizados para a Flona?

ICMBio Resex (Santarém)

137. Como o ICMBio vê a Resex e sua população residente?
138. Nas comunidades da Resex, há regras para entrada e permanência dos moradores? Quais são? Qual o perfil da população (famílias e renda)?

139. Como é a relação entre o ICMBio e os moradores da Resex e suas associações?
140. Quais as principais demandas relatadas pelos comunitários para a Resex?
141. Como funciona a cadeia produtiva nas comunidades? A Resex faz alguma mediação?
142. Quais alternativas o ICMBio propõem para captação de recursos para os moradores da Resex (considerando limitações no uso)?
143. Quais projetos o ICMBio desenvolvem na Resex?
144. Desde que a Resex foi delimitada como UC, como o ICMBio avalia a evolução ambiental e social?
145. Quais os entraves políticos na região para definição das políticas da Resex?
146. Como é a relação das pessoas que vivem no entorno com a Resex e com o ICMBio? Quais as normas?
147. Quais os parceiros e entraves?
148. Quais problemas o ICMBio enfrenta? Qtos funcionários o ICMBio tem na Resex – são locais?
149. O ICMBio dispõe de dados sistematizados para a Resex?

COOMFLONA (Santarém)

150. Quantos associados têm atualmente na COOMFLONA?
151. Em quais comunidades a cooperativa tem comunitários?
152. Como é formado o conselho da COOMFLONA?
153. Além dos produtos madeireiros, quais outros produtos a COOMFLONA explora?
154. Quais projetos a COOMFLONA incentiva?
155. Quais os critérios de seleção dos cooperados e dos diretores da COOMFLONA?

Embrapa Amazônia Oriental/ Transamazônica (Santarém)

156. A Embrapa tem projetos com comunidades?
157. Quais projetos que a Embrapa desenvolve na região (por ano de implementação)?
158. Quais os municípios de atuação?
159. Quais os parceiros da Embrapa?
160. Quais as demandas da região em relação à Embrapa?
161. Quais os entraves enfrentados pela instituição?
162. Com relação ao crescimento da produção de grãos, como a Embrapa avalia e se relaciona com esses produtores? Há pesquisas para melhoramento da produção específicas para as condições locais? Há capacitação?

163. Como a Embrapa avalia que a construção dos portos em Miritituba em Santarém refletirá no desenvolvimento da região?

164. A Embrapa dispõe de dados sistematizados?

165. Segundo a Embrapa, quais os principais limitantes hoje para a comercialização dos produtos extrativistas (alimentos, plantas medicinais, artesanato, turismo)?

Prelazia do Xingu e Pastorais da terra (Altamira e Santarém)

166. A CPT também se preocupa com a permanência do agricultor na terra, por isso, desenvolve ações na busca de alternativas de sobrevivência para o homem e a mulher do campo, apoiando iniciativas e políticas agrícolas. Nesse sentido, quais ações a CPT apoia no desenvolvimento de alternativas para o homem e a mulher do campo?

167. Quais as principais reivindicações históricas das populações tradicionais mediadas pela CPT?

168. Como a CPT atende aos envolvidos com em conflitos? Os envolvidos em conflitos têm aumentado e/ou as tensões são maiores?

169. Como a CPT chega aos ameaçados por conflitos? Até que ponto a CPT consegue intervir? Quais as ações são tomadas diante das tensões?

170. Quais as principais atividades relacionadas com o trabalho escravo na região? Essa situação vem aumentando ou diminuindo? E a fiscalização?

171. Quais são os parceiros, oponentes e dificuldades?

172. Vocês acham que a expulsão do campo gera conflitos urbanos (drogas, prostituição, crescimento das periferias)? Questionário de bem estar

173. Produtos medicinais – oficinas – qual a ideia dos projetos com uso dos recursos florestais – produtos medicinais?

174. Com a implementação da UH de Belo Monte, quais os conflitos sociais, políticos e econômicos que se desencadearam ou intensificaram? E as tensões urbanas?

175. Com a construção da UH de Belo Monte, a exploração sexual foi intensificada?

176. Vocês acham que a construção da UH de Belo Monte ameaça as conquistas do movimento?

Secretaria de Educação (Altamira e Santarém)

177. Qual a área de atuação da Secretaria?

178. Quais os problemas em termos de educação que o município enfrenta?

179. Esses problemas se intensificaram ou diminuíram ao longo do tempo. As demandas mudaram?

180. As demandas para a educação em áreas rurais e urbanas são diferentes?

181. Como o município gerencia as áreas rurais?

182. Foram implementados projetos nas escolas? Quais?
183. Há parcerias com os pequenos produtores? Perfil das famílias, como são escolhidas e produtos que são disponibilizados? Como fazem o cadastro?
184. Em relação à pergunta anterior, em caso afirmativo, desde quando tem o projeto, evolução da participação das famílias e benefícios da parceria?
185. Qual a origem dos alunos (família)? (comunidade, município e estado). Há diferença de origem e perfil dos alunos recém-chegados dos antigos?
186. Quais os parceiros e entraves?
187. Como é o transporte escolar? Como se estrutura? É suficiente?
188. Com a construção da UH de Belo Monte houve uma intensificação pela demanda do acesso a educação e o município tem conseguido atender essa demanda crescente?
189. Tem dado sistematizado: número de escola, número de alunos por escola e endereço dos alunos.
190. Tem dado sistematizado: perfil populacional, origem das pessoas, áreas.
191. Tem dado sistematizado: número de escola, número de alunos por escola e endereço dos alunos.

CREAS (Altamira e Santarém)

192. Quais problemas a Assistência Social tem atendido?
193. Quais os principais problemas que a secretaria observa no município, por ordem de importância?
194. Como é a estrutura do CREAS? Qual a área de atuação? Tem diferença no atendimento campo x cidade?
195. Quais os parceiros e entraves?
196. Quais as pessoas atendidas? Tem perfis diferenciados para cada tipo de problemas?
197. Como a secretaria acessa as pessoas que necessitam a assistência da secretaria (denúncia, procura voluntária, terceiros, etc.)?
198. A Secretaria dispõe de um centro de apoio para essas pessoas?
199. Qual a evolução da demanda da Secretaria?
200. Há uma diferença entre os antigos e os recém-chegados: há tensão/preconceito, perfis?
201. Quais as origens dos recém-chegados e perfil? (comunidades, municípios e Estados)
202. Quais os problemas sabidos pela secretaria, mas que não há procura pelos envolvidos por ajuda?
203. Qual o impacto da construção da BM nas demandas da secretaria?
204. Tem dado sistematizado: perfil populacional, origem das pessoas, áreas.

CRAS (Altamira e Santarém)

205. Quais os projetos que a secretaria desenvolve?

206. Quais problemas a Assistência Social tem atendido?
207. Quais os principais problemas que a secretaria observa no município, por ordem de importância?
208. Como é a estrutura do CRAS? Qual a área de atuação? Tem diferença no atendimento campo x cidade?
209. Quais os parceiros e entraves?
210. Qual a evolução da demanda da Secretaria?
211. Quais as pessoas atendidas? Há perfis diferenciados para cada tipo de problemas?
212. Há uma diferença entre os antigos e os recém-chegados: há tensão/preconceito, perfis?
213. Quais as origens dos recém-chegados e perfil? (comunidades, municípios e Estados)
214. Qual o impacto de BM nas demandas da secretaria? E com relação ao crescimento das cidades?
215. Tem dado sistematizado: perfil populacional, origem das pessoas, áreas.